O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VII | Volume 21 | Nº 62 | Boa Vista | 2025

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.14903240

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

INCLUSÃO EXCLUDENTE?
DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA

Valquiria Souza[1]

Xênia de Castro Barbosa[2]

Resumo

A assistência estudantil desempenha fundamental na promoção da equidade educacional, garantindo condições para a permanência e o êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No contexto do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), essa política é essencial para mitigar desigualdades e assegurar que discentes de baixa renda tenham condições de concluir sua formação acadêmica. Diante disso, o objetivo central deste estudo é analisar como o IFRO tem se estruturado para atender às diretrizes nacionais referentes à assistência estudantil. Especificamente, busca-se identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes no acesso aos auxílios oferecidos pela instituição. Para isso, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, embasada no método do estudo de caso, articulando análise documental, survey e levantamento empírico. Foram analisados documentos institucionais, normativas e editais de assistência estudantil do IFRO, além das respostas apresentadas pelos estudantes no survey. A interpretação dos dados se fundamentou em uma abordagem crítica de viés marxista, permitindo compreender a assistência estudantil como parte de um contexto mais amplo de reprodução e enfrentamento das desigualdades socioeconômicas no ambiente escolar. Os resultados evidenciam que, apesar da relevância da assistência estudantil para a permanência dos estudantes, persistem entraves que dificultam o acesso aos auxílios, tais como burocracia excessiva, critérios restritivos de elegibilidade e dificuldades técnicas enfrentadas pelos discentes no processo de inscrição. Além disso, identificou-se que uma parcela significativa dos estudantes não compreende plenamente as exigências do edital, o que impacta diretamente na concessão dos benefícios. Conclui-se que, para tornar a assistência estudantil mais eficiente e acessível, faz-se necessária a revisão dos processos seletivos, a simplificação das exigências documentais e a ampliação de estratégias de apoio institucional aos discentes. Compreender como as políticas de assistência são implementadas permite aperfeiçoar suas práticas e promover maior equidade no ensino, assegurando que a educação cumpra seu papel emancipatório na sociedade.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Educação Profissional e Tecnológica; Vulnerabilidade.

Abstract

Student assistance is fundamental in promoting educational equity, ensuring conditions for the permanence and success of students in a situation of socioeconomic vulnerability. In the context of the Federal Institute of Rondônia (IFRO), this policy is essential to mitigate inequalities and ensure that low-income students are able to complete their academic training. Therefore, the central objective of this study is to analyze how IFRO has been structured to meet national guidelines regarding student assistance. Specifically, it seeks to identify the main difficulties faced by students in accessing the aid offered by the institution. For this, the research adopted a qualitative approach, based on the case study method, articulating documentary analysis, survey and empirical survey. Institutional documents, regulations and IFRO student assistance notices were analyzed, in addition to the answers presented by the students in the survey. The interpretation of the data was based on a critical approach of Marxist bias, allowing to understand student assistance as part of a broader context of reproduction and confrontation of socioeconomic inequalities in the school environment. The results show that, despite the relevance of student assistance for the permanence of students, obstacles persist that hinder access to aid, such as excessive bureaucracy, restrictive eligibility criteria and technical difficulties faced by students in the registration process. In addition, it was identified that a significant portion of students do not fully understand the requirements of the notice, which directly impacts the granting of benefits. It is concluded that, in order to make student assistance more efficient and accessible, it is necessary to review selection processes, simplify documentary requirements and expand institutional support strategies for students. Understanding how assistance policies are implemented allows you to improve your practices and promote greater equity in education, ensuring that education fulfills its emancipatory role in society.

Keywords: Student Assistance; Vocational and Technological Education; Vulnerability.

[1] Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). E-mail: valquiria.souza@ifro.edu.br

[2] Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: xenia.castro@ifro.edu.br

INTRODUÇÃO

No Brasil, a ampliação das vagas em instituições públicas de ensino técnico e superior não foi acompanhada de políticas suficientemente estruturadas para assegurar que os estudantes, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, possam concluir seus cursos com êxito. Diante desse cenário, a assistência estudantil se torna um fator determinante para a democratização da educação, permitindo que estudantes tenham condições adequadas para se dedicar aos estudos e minimizar os impactos das desigualdades sociais.

No entanto, apesar da relevância dessas políticas, sua implementação ainda enfrenta desafios significativos. Problemas como burocracia excessiva, critérios de elegibilidade restritivos, falta de informações acessíveis e insuficiência de recursos financeiros limitam o alcance e a efetividade dessas iniciativas. Dessa forma, o acesso aos auxílios estudantis nem sempre é garantido a todos que necessitam, o que compromete a permanência dos alunos no ambiente acadêmico e pode resultar em evasão escolar.

Este artigo tem como tema central a análise da assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), com foco nos desafios enfrentados pelos estudantes para acessar esses recursos. O problema de pesquisa que orienta este estudo consiste em identificar quais são as principais barreiras que dificultam a obtenção dos auxílios estudantis por parte dos discentes da instituição. Assim, busca-se compreender se a assistência estudantil no IFRO cumpre seu papel de garantir a permanência dos estudantes ou se há aspectos que precisam ser aprimorados para torná-la mais inclusiva e eficiente.

A justificativa da pesquisa está fundamentada na importância da assistência estudantil como política de equidade educacional. Dado o perfil socioeconômico dos alunos do IFRO, a existência de programas de apoio financeiro é um fator determinante para a continuidade dos estudos. No entanto, se esses programas não forem acessíveis ou suficientemente abrangentes, podem acabar reforçando desigualdades em vez de reduzi-las. A análise dessa política é, portanto, essencial para verificar sua efetividade e propor melhorias que garantam sua real função de suporte ao estudante.

O objetivo geral desta pesquisa é discutir como o Instituto Federal de Rondônia tem se estruturado para executar sua política de assistência estudantil. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Identificar os principais desafios enfrentados pelos estudantes para acessar os auxílios estudantis; Analisar de que maneira os critérios de elegibilidade e os processos burocráticos afetam a inclusão dos discentes vulneráveis; Avaliar possibilidades de

aprimoramento da política de assistência estudantil para garantir maior efetividade e equidade no seu alcance.

Para responder à questão de pesquisa, este estudo adotou uma abordagem qualitativa, baseada no método do estudo de caso, que possibilita uma investigação aprofundada do fenômeno no contexto específico do IFRO. Os procedimentos de levantamento de dados incluíram a análise documental de normativas institucionais e editais relacionados à assistência estudantil, a aplicação de um survey com estudantes que tiveram suas inscrições indeferidas nos editais de 2023 e entrevistas semiestruturadas com gestores responsáveis pela implementação dessa política.

Os dados foram tratados por meio de análise de conteúdo e da análise estatística descritiva, no caso das informações quantitativas coletadas no *survey*. Essa estratégia permitiu a triangulação dos achados, proporcionando uma visão ampla sobre os desafios enfrentados pelos estudantes para acessar a assistência estudantil e identificando possíveis falhas no processo de concessão dos auxílios.

Este estudo está fundamentado na perspectiva crítica da educação, que compreende as instituições de ensino como espaços permeados por contradições sociais e estruturais. A educação pode, ao mesmo tempo, ser um instrumento de mobilidade social e um mecanismo de reprodução das desigualdades existentes. No contexto da assistência estudantil, essa dualidade se manifesta na dificuldade de acesso a políticas de apoio por parte dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que compromete o direito à educação plena e de qualidade.

A análise também se baseia no conceito de vulnerabilidade socioeconômica, entendido como um conjunto de fatores que restringem a mobilidade social dos indivíduos e limitam seu acesso a oportunidades educacionais e profissionais. No Instituto Federal de Rondônia, essa vulnerabilidade se expressa na dificuldade dos estudantes em permanecer na instituição devido à necessidade de trabalhar, à falta de infraestrutura adequada para os estudos e à ausência de suporte institucional eficiente. Para enfrentar esses desafios, é necessário que as políticas de assistência estudantil não apenas forneçam suporte financeiro, mas também implementem estratégias que reduzam barreiras institucionais e ampliem as condições de permanência e êxito dos estudantes no ambiente acadêmico.

Este artigo está estruturado em quatro seções subsequentes a esta introdução. Na primeira seção, apresentamos as perspectivas teóricas que fundamentam o estudo, abordando conceitos como educação profissional e tecnológica, vulnerabilidade social e assistência estudantil. Na segunda seção, detalhamos a metodologia adotada na pesquisa, explicando os procedimentos de coleta e análise de dados. Na terceira seção, discutimos os resultados obtidos, relacionando-os com a literatura analisada e destacando os desafios enfrentados pelos estudantes do IFRO no acesso à assistência estudantil. Por fim, na quarta

seção, sintetizamos as considerações finais, destacando as principais reflexões e contribuições deste trabalho para o debate sobre equidade educacional e políticas de assistência estudantil no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa apresenta reflexões tecidas no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), na linha de pesquisa denominada Organização e Memórias de espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica, a qual trata dos processos de concepção e organização espacial na Educação Profissional e Tecnológica, tanto no que se refere a espaços formais como não formais, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares voltadas à formação integral do estudante, com base no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, e considera, ainda, a construção temporal desses espaços e as dinâmicas institucionais, favorecendo estudos de história e memória das instituições educacionais.

Optou-se por uma base interpretativa de viés marxista, por oportunizar o entendimento da instituição escolar em uma perspectiva dialética: como objeto relacional, socialmente determinado e determinante, como propuseram Sanfelice (2006), Saviani (2008) e Nosella e Buffa (2023); e favorecer uma leitura acerca da assistência estudantil como resposta às contradições decorrentes da dinâmica do modo de produção capitalista. Esta resposta vem sendo contruída e aperfeiçoada ao longo do tempo, em um processo que envolve disputas de interesses e de entendimentos, reinvindicações populares, bem como o crescente entendimento de que seus efeitos não se limitam ao indivíduo beneficiado e nem mesmo ao campo educacional, pois estudos como o de Yang e Hoskins (2020) e de Boiyadjieva, Trichkova e Todorov (2025) apontam para o fato de que a conclusão do ensino superior e a percepção de ter sido atendido em em suas necessidades e objetivos educacionais incidem em uma cidadania ativa.

Dentre os conceitos basilares às reflexões aqui apresentadas, foram de especial relevância os seguintes: Assistência Estudantil, Educação, Educação Profissional e Tecnológica e Vulnerabilidade Social. De forma breve, procuraremos pontuar cada um deles.

Assistência estudantil

De maneira geral, entende-se por assistência estudantil as diversas ações que visam apoiar os estudantes em seu processo formativo. Tais ações orientam-se a promover a equidade no acesso e nas condições de permanência e sucesso escolar/acadêmico, configurando-se como atividade meio do

processo educacional. Essas ações possuem perfis e dinâmicas variadas, a depender do país e de suas características culturais e econômicas.

No Brasil, a política nacional de assistência estudantil é regida pela Lei nº. 14.914/2024 e pelo Decreto nº. 7.234/2010. Contempla programas e ações que visam ampliar e garantir a permanência e êxito de estudantes em Universidades e Institutos federais. A transferêcia de recursos é uma de suas características mais marcantes, e tanto o decreto supra referido, quanto a nova lei (BRASIL, 2024) orientam que as ações assistenciais se integrem às atividades de ensino, pesquisa e extensão, o que nem sempre ocorre.

Possivelmente em razão de sua configuração socioeconômica, que engendra cenários constrastantes de riqueza e pobreza, os aspectos econômicos e financeiros ganham destaque na literatura acerca da assistência estudantil no Brasil (BAUMGARTEN, 2022; FEITOSA, 2023; FAVA; CINTRA, 2023). Esta situação, contudo, não é exclusiva do Brasil, mas também se sobressai na América Latina:

> Las maneras de incluir a estos grupos de estudiantes son diferenciadas a través de a) medidas financieras y b) medidas no financieras. Las primeras corresponden a apoyos monetarios, becas y acceso a créditos. Las segundas incluyen diferentes políticas o programas, como por ejemplo, el establecimiento de cuotas en los cupos de admisión para ciertos grupos priorizados de la población. Es posible constatar que en los países donde se encontró información predominan las medidas financieras, específicamente, la entrega de becas asociadas a una serie de requisitos que el estudiantado debe cumplir (VALENZUELA; YÁÑEZ, 2024, p. 37).

Diferentemente do que ocorre nos países com maior estabilidade econômica, a literatuta internacional analisada (WILDER, 2023; KENNEL; REDON; KANAEBE, 2024; BACHY; BAILLET, 2024; BOIVIN; AL-OBAIDI; RAO, 2024; SHELLENBERGER, 2025; CHANDLER *et al*, 2025) dentre outros, deu ênfase nos aspectos pedagógicos, culturais e de inclusão.

Na França, o estudo desenvolvido por Kennel, Redon e Knaebel (2024) abordou a crise sanitária decorrente da COVID-19 como elemento que trouxe maior clareza acerca das dificuldades e necessidades dos estudantes, e apresentou novas formas de assistência estudantil, visando a redução da retenção e à melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

O estudo se dedicou a compreender as percepões de estudanes de primeiro ano de uma universidade do Leste da França sobre os recursos de assistência estudantil disponiblizados. Assim, os estudantes foram inquiridos sobre questões como “Que conhecimento têm dos esquemas de apoio oferecidos na sua instituição?” “Como os utilizam?” “Como se sentem em relação à sua experiência de aprendizagem e de apoio?” O estudo concluiu que a compreensão acerca dos níveis de conhecimento e das percepções dos estudantes são açõe relevantes para o aperfeiçoamento da comunicação e para a avaliação das políticas.

Na Bélgica, o estudo de Bachy e Baillet (2024) trouxe a público conhecimento sobre aspectos culturais e simbólicos que podem incidir negativamente na trajetória acadêmica de estudantes universitários, resultando em fracasso. Considerando a evasão como problema central, as pesquisadoras buscaram triar as vulnerabilidades dos estudantes universitários de modo a efetuar um planejamento assistencial mais eficáz desde o primeiro ano, apoiando, sobretudo, os estudantes identificados como de risco: que não possuiam referências familiares acadêmicas, que apresentavam dificuldades de aprendizagem e de adaptação à cultura universitária. Segundo as autoras, as informações construídas com a pesquisa auxiliam o serviço de apoio a identificar e oferecer a ajuda mais apropriada a cada caso.

Na Inglaterra, Wilder (2023) analisou os efeitos do envolvimento parental no rendimento acadêmico de estudantes universitários, indicando a participação familiar como fator positivo para a permanência e êxito acadêmico. A integração entre família, comunidade e escola também foi inidicada por Shellenberger (2025) como estratégia passível de contribuir com o êxito acadêmico dos estudantes, sendo que tal integração deve ser estimulada pelos conselheiros – profissionais que fazem a mediação entre o estudante em situação de vulnerabilidade e os programas de auxílio nos Estados Unidos.

Ainda em referência aos Unidos, Bovin, Al-Obaidi e Rao (2024) abordaram o papel das tecnologias emergentes como elementos capazes de auxiliar na contrução de espaços educativos onde os estudantes se sintam estimulados e capacitados para atingir o seu máximo potencial, indicando a necessidade não só de incorporar as novas tecnologias, mas de desenvolver estratégias de ensino equitativas e inclusivas, que reconheçam as diferentes experiências, necessidades e objectivos dos alunos, bem como esforços de colaboração de todos os parceiros educativos. O estudo foi desenvolvido a partir de revisão de literatura abrangente acerca dos temas diversidade, equidade e inclusão no ensino superior fundamentando-se nas terorias da justiça social. No referido estudo, postura inclusiva, diáogo intercultural e *design* instrucional adequado às necessidades e conhecimentos prévios de cada aluno foram valorizados como fatores capazes de assistir os estudantes para que obtenham êxito no Ensino Superior.

Na esteira das preocupações pedagógicas, González e Chiappe (2024) produziram uma revisão sistemática de literatura sobre os temas: análise de aprendizagem e personalização de aprendizagem, considerando documentos disponíveis na base de dados do Scopus. O estudo indicou que a personalização da aprendizagem, a partir de planos de estudo individuais, adaptações curriculares e acompanhamento pedagógico são fatores capazes de auxiliar os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem, favorecendo a permanência e o êxito no processo formativo. O estudo demonstrou a relevância de correlacionar tendências emergentes, como a Internet das Coisas (IoT) e seus efeitos

educacionais, indicando benefícios com “el uso de paneles, redes de aprendizaje social y tutoría inteligente, y la importancia del monitoreo, retroalimentación y apoyo” (GONZÁLEZ; CHIAPPE, 2024, p.1).

Na América Latina, dentre os estudos acerca de programas de transferência monetária, se destaca o estudo de Ramos, Romero e Rodrígues (2024), por analisar os impactos do Programa PROSPERA no México. O programa PROSPERA foi criado em 2014 com o objetivo de articular e coordenar a oferta institucional de programas e ações de políticas sociais dirigidos à população que se encontrava em situação de extrema pobreza no México. Os pesquisadores desenvolveram um modelo *probit* que considerou três conjuntos de variáveis passíveis de incidir na assistência estudantil no nível primário (equivalente ao Ensino Fundamental I no Brasil). As variáveis foram divididas em três grupos em função do impacto, que poderia ser positivo, negativo ou nulo na probabilidade de contribuir com a escola. Os autores concluíram que:

> Con respecto al primer grupo, se tiene que el programa PROSPERA, así como el ingreso y el número de residentes en la vivienda, propiciaron un aumento en la probabilidad de asistir. Esto se debe a que la beca aporta un ingreso extra a la familia, ayudando así a que los niños puedan continuar con sus estudios; de la misma manera contribuye el ingreso, ya que es el sustento monetario con el que cuentan las viviendas. En cuanto al número de residentes, ahora se sabe que entre más personas vivan en una vivienda, mayor es la probabilidad de que un niño asista a la escuela, esto sugiere una red de apoyo para que los niños continúen sus estudios. En cuanto a las variables que integran el segundo grupo, aquellas que disminuyen la probabilidad de asistencia. Fue el caso, de la variable que indica si una familia se quedó sin comer por falta de dinero. Asimismo, el modelo probit permitió evaluar la interacción entre la variable beca con el número de residentes, encontrando una disminución en la probabilidade. Por último, pero no por ello menos importante, el tercer grupo, las variables que no influyeron en la probabilidad de asistir. Es decir, se encontró que el hecho de hablar una lengua indígena, así como la cantidad que se paga de renta por la vivienda resultaron no estadísticamente significativas. Sin duda, los resultados aquí encontrados resultan de interés, ya que son de utilidad para crear medidas de política económica enfocadas en las variables que inciden positivamente en la probabilidad de asistencia, optimizando y no desviando así el uso de los recursos públicos.

Com foco no problema da evasão escolar/acadêmica, Castro e Bautista (2021), também no México, analisaram os benefícios do estabelecimento de um marco de trabalho acerca da função de tutor universitário, com foco na prevenção da evasão. Os autores destacaram os benefícios da definição de atribuições claras, de estratégias comunicacionais e de vinculação entre a Universidade, o mundo do trabalho e as redes de apoio estudantil.

A abordagem preventiva diante de fatores de risco e a mediação do acesso dos estudantes a redes de serviços capazes de apoiá-lo na superação dos obstáculos que se impõem em seu caminho formativo tem sido a estratégia utilizada pelos Programas de Assistência Estudantil (SAP) nos Estados Unidos, como pudemos perceber nas experiências reportadas por Chandler *et al.* (2024), e Sekhar *et al.* (2024),

nos estados de Washington e Pensilvania, respectivamente. No caso da Pensilvania, o SAP foi criado em 1984 e é um serviço colaborativo entre os programas do Departmaneto de Drogas e Álcool, Educação e Assistência Social. Em relação a seus objetivos e metodologia de trabalho: "The Pennsylvania SAP'sprimary goal is to identify and address issues that pose a barrier to student academic success. Students may be referred due to self or collateral report of concerning behavior or identified problems" (SEKHAR *et al.*, 2024, p. 228).

Na maioria dos países considerados por este estudo, a assistência estudantil enfrenta desafios de financiamento, devido a ajustes fiscais impostos por organismos internacionais, como é o caso do Brasil, que tem reduzido investimentos em educação em razão de rígido arcabouço fiscal, e do Chile, que enfrenta sérios desafios no que se refere à educaçção de jovens e adultos. A esse respeito, Villalobos e Baleriola (2022) destacaram os desafios enfrentados por representantes da população jovem e adulta em suas trajetórias acadêmicas, indicando a necessidade de aperfeiçoamento das políticas assistenciais de acesso e permanência. O estudo destacou que apesar de a educação ser defendida como elemento central em nossas sociedade e de seu valor ser amplamente reconhecido, mais de 265 milhões de pessoas em todo o mundo não têm acesso à escola, e embora tenha havido significativos avanços na taxa de escolarização, redução do analfabetismo, ampliação da cobertura e melhoria das condições de acesso, ainda persistem sérios desafios relacionados a questões geográficas, étnicas, de gênero e de financiamento.

No Brasil, a assistência estudantil constitui elemento central nas políticas educacionais das instituições de ensino, desempenhando um papel fundamental tanto no Ensino Superior quanto na Educação Básica e na Educação Profissional e Tecnológica - modalidade que buscamos enfatizar, em razão de que o Instituto Federal de Rondônia, instituição na qual desenvolvemos a pesquisa, oferta seus cursos nesta modalidade.

No Brasil, os Institutos Federais ofertam, além dos cursos superiores, o ensino médio integrado ao técnico, garantindo uma formação que alia conhecimento teórico e prático. Para que essa formação seja acessível a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, os programas de assistência estudantil têm se tornado uma ferramenta essencial na democratização do ensino, possibilitando que mais alunos concluam sua trajetória acadêmica sem que fatores financeiros ou estruturais se tornem impeditivos.

A importância dessa política tem sido amplamente discutida na literatura, que ressalta sua relevância na garantia da permanência acadêmica. Moreira e Senhoras (2022) destacam que:

> Falando especificamente da igualdade de acesso e permanência na educação do ensino superior, faz-se necessário uma política de assistência estudantil, que tenha o objetivo de reduzir os efeitos

> das desigualdades e dificuldades de ordem socioeconômicas dos estudantes (MOREIRA; SENHORAS, 2022, p. 111).

Essa necessidade também se aplica ao ensino médio integrado ao técnico, modalidade que exige do estudante um maior tempo de dedicação acadêmica e, consequentemente, reforça a importância do suporte financeiro, de moradia, transporte e alimentação oferecidos pelas políticas de assistência estudantil. A permanência acadêmica deve ser tratada como um direito fundamental, garantindo que os estudantes tenham as condições necessárias para concluir seus estudos.

O principal objetivo da assistência estudantil é reduzir os impactos das desigualdades socioeconômicas sobre a trajetória acadêmica dos estudantes, proporcionando condições adequadas para que possam concluir seus estudos. No entanto, ainda há desafios que comprometem a efetividade dessas políticas, como a burocracia no acesso aos auxílios, a insuficiência de recursos e a falta de divulgação adequada dos programas existentes. Silva e Almeida (2020) apontam que, mesmo com avanços, muitos estudantes continuam a enfrentar barreiras para acessar os benefícios da assistência estudantil: "Apesar dos avanços nas políticas de assistência estudantil, muitos discentes ainda enfrentam barreiras significativas para acessar os recursos disponíveis, seja por falta de informação, burocracia excessiva ou critérios de elegibilidade restritivos (SILVA; ALMEIDA, 2020, p. 45).

Esse cenário indica que a implementação da assistência estudantil deve ser acompanhada de estratégias que garantam o real acesso dos discentes aos auxílios, evitando que mecanismos burocráticos dificultem sua permanência no ensino superior e na educação básica. A assistência estudantil deve ser entendida como parte de uma política pública mais ampla de inclusão educacional, que visa garantir que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de acesso e êxito. Por fim, Moreira e Senhoras (2022) destacaram a importância dessas políticas na efetivação do direito à educação, mesmo diante das limitações institucionais: "A despeito dos limites postos (demanda reprimida, lista de espera e recursos insuficientes), a pesquisa revelou que a assistência estudantil é fundamental para a efetivação do direito à permanência dos estudantes selecionados na instituição (MOREIRA; SENHORAS, 2022, p. 125).

A permanência na e na educação básica e no ensino superior deve ser garantida por meio de políticas públicas bem estruturadas, com financiamento adequado, acompanhamento pedagógico e estratégias que eliminem barreiras institucionais. Com isso estima-se ser possível promover uma inclusão educacional efetiva, permitindo que os estudantes possam concluir sua formação com êxito e contribuir na vida em sociedade.

Educação

A educação foi entendida nesta pesquisa como ação intencional e sistemática de transmissão de conhecimentos considerados necessários à vida social. E como a vida no tipo de sociedade que vivemos expressa-se sob uma sociabilidade moldada pelo capitalismo, pode-se afirmar que a função da educação e das instituições escolares em nossa sociedade é reproduzir a ordem capitalista. Conforme Chaves: "o atual sistema educativo é utilizado como instrumento de reprodução, exclusão e dominação" (CHAVES, 2012, p. 202). Essa reprodução, contudo, não ocorre de forma linear, direta e livre de críticas, pois como todo fenômeno social, a educação é marcada por contradições, e estas, ao emergirem, habilitam formas alternativas de percepções e visões de mundo, ensejando a própria crítica ao sistema hegemônico e o desejo de transmutá-lo. Na perspectiva defendida por Santos (2020), a luta de classes perpassa todas as relações sociais, assim, as diretrizes definidas para a educação refletem os conflitos e contradições dessa sociedade.

Segundo a Carta Magna do Brasil, a Educação é um direito social, que demanda esforços tanto do Estado quanto da família e da sociedade para sua efetivação, e tem como um de seus objetivos a qualificação para o trabalho:

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A qualificação para o trabalho, expressa no texto da Constituição Federal não é mero acaso, pois, ao contrário dos sistemas anteriores, o sistema capitalista, para se reproduzir, precisa que os trabalhadores tenham acesso à educação formal e dominem um conjunto básico de informações, habilidades e competências. Assim, a educação contemporânea atua no sentido de formação técnico-profissional, e essa formação deve estar ajustada à ideologia da totalidade social capitalista (SANTOS, 2020). Desse modo, a educação reproduz o sistema dominante tanto ideologicamente quanto nos níveis técnico e produtivo.

Fica claro, portanto, que numa sociedade de classes, a educação das diferentes categorias de trabalhadores tem como fim a habilitação técnica, social e ideológica para o trabalho, ou seja, sociabilidades dóceis ao trabalho, e por essa razão, a relação entre processo de produção e os processos educativos é marcada por concepções conflitantes e, sobretudo, antagônicas, em que se estabelece o confronto entre capital e trabalho (SANTOS, 2020).

Embora a Educação, de maneira geral, já contemple a formação para o trabalho, uma modalidade educacional específica têm se empenhado em qualificar trabalhadores e trabalhadoras para as diversas ocupações e atividades produtivas: a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Engajada no cumprimento dos objetivos da educação nacional, a EPT integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (BRASIL, 2008). Efetiva-se por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio, que podem ser ofertadas na forma integrada ao Ensino Médio, Concomitante ao Ensino Médio e Subsequente ao Ensino Médio; e de educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 2008).

A Educação Profissional e Tecnológica, assim como a Educação (em geral) foi constituída e alterada, ao longo do tempo, em função das demandas econômicas e das pressões no âmbito do Estado (PACHECO; PEREIRA; DOMINGOS SOBRINHO, 2010).

Seu nascimento no Brasil se deu sob o mote do ensino técnico e com forte viés assistencialista – era destinada aos filhos das classes menos favorecidas, e tinha como propósito atender à crescente demanda por mão de obra qualificada para os trabalhos urbanos e rurais. Ao se expandir, a partir de 1909, acabou por contribuir para a consolidação de um sistema educacional dual, na medida em que oferecia aos filhos da classe trabalhadora um ensino técnico, muitas vezes instrumental e aligeirado, de perfil profissionalizante, ao passo que para os filhos das elites ofertava um ensino propedêutico, que lhes possibilitava dar continuidade aos estudos, alcançando os níveis mais elevados da ciência, das artes e da cultura.

Nos primeiros 60 anos de oferta sistemática da EPT no Brasil (1910 a 1970) a oferta de um ensino tecnicista e pragmático atendia de forma satisfatória às demandas do capital, todavia, a partir da década 1970 o capital se reconfigurou diante da crise do petróleo e das inovações tecnológicas provenientes da microeletrônica e da informática, o que lhe possibilitou flexibilizar os processos de produção, realizando-os sob demanda - modelo que ficou conhecido como Toyotismo. A possibilidade de produzir sob demanda, com maior flexibilidade, e a partir de sistemas de controle automatizados refletiu na necessidade de obenção de mão de obra com um perfil mais ajustado ao novo cenário, o que só seria possível com a redefinição dos rumos da Educação Profissional e Tecnológica, redefinição que se fez por meio de reformas educacionais impostas aos países de capitalismo periféricos. E nesse processo, o Estado, que tende a funcionar como balcão de negócios dos interesses capitalistas, muitas

vezes assume o ônus de realizar essas reformas para atender a esses interesses, desconsiderando as vocações e necessidades de sua própria população.

A EPT vem ganhando incentivo desde 2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo passado por um período de incertezas e retração de investimento durante os governos de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro e recentemente, voltou a receber maior atenção do Estado, visto que a Educação Profissional e Tecnológica foi elencada como um dos nove eixos do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). O programa prevê a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) com investimentos que somam R$ 2,5 bilhões para a implantação de 100 novos campi, os quais deverão atender a 140 mil novos estudantes. Em que pese a relevância da expansão proposta, que ampliará a infraestrutua educacional e de pesquisa e o número de vagas, é pertinente considerar que não se nota o mesmo esforço no que diz respeito à consolidação das unidades já impantadas: muitas ainda não dispõem do número de servidores públicos necessários para seu funcionamento (ou seja, não integralizaram o modelo definido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) – e sem esses recursos humanos é difícil abrir novas vagas e assegurar a qualidade dos serviços, ademais, anualmente, essas instituições sofrem com bloqueios orçamentários que comprometem suas ações e impactam, inclusive, nas ações capazes de favorecer a permanência e êxito dos estudantes hipossuficientes, como por exemplo, as bolsas de iniciação científica.

Para além dos desafios de financiamento, a EPT pública no Brasil enfrenta o desafio de ofertar formação omnilateral, que articule teoria e prática, conhecimentos propedêuticos e conhecimentos técnicos, fornecendo-lhes uma base cultural, cientifica e tecnológica que possibilite aos estudantes pensar de forma crítica sobre o presente e o futuro do trabalho, e sobre seu próprio lugar no mudo. Ou seja, que ofereça a esses estudantes as condições para a superação da ordem estabelecida.

Vulnerabilidade socioeconômica

O conceito de vulnerabilidade aponta para elementos multidimensionais, que se acumulam e se sobrepõem de modo a tornar o indivíduo ou grupo mais suscetível aos riscos e contingências (BRÜSEKE, 2006). Esse conceito aponta para uma série de fatores que afetam a vida de indivíduos e coletivos de diferentes maneiras, impactando em seu bem-estar pessoal e social, na medida em que lhes expõe a riscos ou intensifica os riscos aos quais estão expostos (BRÜSEKE, 2006; LIMA, 2016). A vulnerabilidade social, portanto, se relaciona a fragilidades que tornam as pessoas mais ou menos

expostas a situações que oferecem risco à sua existência, de modo geral, ou que afetam negtivamente alguma de suas dimensões, como a saúde, a segurança ou bem-estar.

No Brasil, a vulnerabilidade socioeconomica é fruto de uma estrutura desigual de distribuição de riquezas e oportunidades. Essa estrutura interdita direitos e limita as possibilidades de vida digna a milhões de pessoas. Trata-se de uma estrutura econômica perversa, que ao passo em que explora até o limite os trabalhadores, negando-lhes o mínimo necessário para uma existência digna, opera, no campo ideológico, de modo a naturalizar as desigualdades, fazendo com que justamente os segmentos mais explorados internalizem a crença de que a situação que vivem é decorrente de sua incompetência e falta de esforço pessoal (LOPES *et al*., 2008). Do mesmo modo, suas vivências carregadas de sofrimento são também naturalizadas e, por conseguinte, negligenciadas. Chega à um ponto em que a escassez e a exlusão se tornam objeto de resignação e passam a ser aceitas como "parte da vida".

Para Ximenes (2024), vulnerabilidade social diz respeito ao impacto resultante da configuração de estruturas e instituições econômico-sociais sobre comunidades, famílias e pessoas em distintas dimensões da vida social.

A renda é um dos elementos que compõe a vulnerabilidade social, pois em sociedades capitalistas, onde o acesso à maior parte dos bens, serviços e recursos é feito mediante pagamento, não dispor de recursos para pagamento significa ficar sem acesso a eles. Sem dúvidas, desemprego, subemprego, crises econômicas e debilidade dos sistemas de seguridade e de proteção social intensificam a dificuldade enfrentada por indivíduos e grupos em sua inserção nas estruturas sociais e econômicas, gerando uma zona instável entre integração e exclusão (XIMENES, 2024). A vulnerabilidade social, contudo, não se limita a fatores econômicos, uma vez que diversos outros elementos interagem para a sua composição, como a inadequada distribuição de bens e serviços (LIMA, 2016), a cor da pele, a etnia, o gênero e as expressões homoafetivas (NASCIMENTO; CRUZ; SANTOS, 2020). O entrelaçamento de marcadores sociais como gênero, sexualidade, raça/etnia, origem geográfica e situação trabalhista dão forma um sistema de opressão que discrimina, exclui, limita e chega até mesmo ao paroxismo da violência e da intolerância, matando pessoas em razão de tais características.

Pessoas em vulnerabilidade social costumam estar envolvidas em relações econômicas de precariedade e insegurança, destituídas do acesso à seguridade social e, ainda, em relações sociais marcadas, muitas das vezes, por vínculos sociais e familiares frágeis, que as tornam ainda mais passíveis de serem alvo de atitudes violentas.

Para Kaztman (2001), vulnerabilidade social expressa a dificuldade no acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade,

resultando em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores. As desvantagens com respeito às estruturas de oportunidades resultam em um aumento das situações de desproteção e insegurança, o que põe em relevo os problemas de exclusão e marginalidade. Nesse sentido, a presença do Estado, expressa por meio da oferta de serviços públicos de qualidade e de políticas públicas que reduzam as desigualdades e ampliem as capacidades dos grupos vulneráveis é fator relevante para a redução de vulnerabilidades sociais. De igual modo, a elevação de escolaridade alinhada à melhoria na qualificação profissional pode se configurar fator positivo no enfrentamento das situações de vulnerabilidade, uma vez que tais recursos podem ser acionados no desenvolvimento de estratégias de resistência.

METODOLOGIA

Este estudo adotou o método de estudo de caso, uma abordagem amplamente utilizada nas ciências sociais para investigar fenômenos contemporâneos em seus contextos reais, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidas. De acordo com Yin (2018), o estudo de caso é uma investigação empírica que explora um fenômeno atual dentro de seu contexto da vida real, particularmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são evidentes.

O recorte empírico desta pesquisa foi o Instituto Federal de Rondônia (IFRO), instituição presente no Estado de Rondônia desde 2008 e que conta atualmente com 10 *campi* em funcionamento. O IFRO, assim como os outros 37 institutos federai existentes no Brasil, é uma instituição especializada na oferta da Educação Profissional e Tecnológica e atende tanto a estudantes de Ensino Médio, como a estudantes de Ensino Superior e Pós-graduação.

As fontes de dados utilizadas incluíram: Documentos Oficiais de Âmbito Nacional: Leis e decretos vigentes relacionados à assistência estudantil foram consultados para compreender o arcabouço legal que orienta as políticas de apoio ao estudante. Documentos Institucionais do IFRO: Resoluções e editais que regulamentam e orientam a política de assistência estudantil na instituição foram analisados para identificar diretrizes específicas e procedimentos adotados. Survey com Estudantes: Foi aplicado um questionário estruturado (*survey*) a estudantes do IFRO que tiveram suas inscrições indeferidas no Edital do Programa de Auxílio à Permanência no primeiro semestre de 2023. A aplicação de surveys é uma técnica comum em pesquisas de estudo de caso para coletar dados diretamente dos participantes envolvidos no fenômeno estudado.

O processo de aquisição de dados incluiu acesso aos documentos oficiais, revisão de literatura e aplicação do *survey*. O acesso aos documentos oficiais foi realizado por meio de pesquisa na internet, sobretudo nos sites do Ministério da Educação e do IFRO. Foram selecionados documentos atinentes ao tema da assistência estudantil e da organização do ensino no Brasil. Os documentos foram lidos e passaram por fichamento em edito eletrônico de texto;

A revisão de literatura foi construída a partir de acesso a bancos de dados variados, como o da biblioteca digital e do repositório institucional do IFRO, e da Scielo. Em um primeiro momento, a análise concentrou-se em obras disponíveis em língua portuguesa que trataram do tema da assistência estudantil no Brasil; depois se buscou estudos internacionais que versaram sobre o tema nos últimos três anos, de modo a possibilitar comparações entre o caso estudado e as experiências desenvolvidas em outros países, como Chile, México, Estados Unidos e França.

No que se refere ao *survey* este foi desenvolvido e testado pela equipe de pesquisadoras e foi previamente testado por cinco estudantes, para assegurar a clareza e compreensão das questões, conforme recomendado por Creswell e Creswell (2018) para garantir a validade do instrumento de pesquisa.

Antes da coleta de dados, os estudantes maiores de idade que tiveram suas inscrições indeferidas foram convidados a participar de uma reunião virtual, via Google Meet, onde foram esclarecidos os objetivos e a metodologia da pesquisa. A seleção desse perfil de público visou compreender os desafios e dificuldades enfrentadas pelos discentes para acessar recursos da assistência estudantil, alinhando-se aos objetivos específicos do estudo.

Após a análise dos resultados dos editais, identificaram-se 716 discentes com inscrições indeferidas, dos quais 395 eram maiores de idade. Destes, 46 aceitaram participar da pesquisa. A participação foi voluntária, e todos os procedimentos éticos foram seguidos, incluindo a aprovação do protocolo de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

As análises dos dados foram realizadas com os documentos oficiais e as obras bibliográficas, os quais foram submetidos a um processo de fichamento e organizados em séries temporais para análise. Os dados do *survey* foram tabulados e analisados utilizando estatística descritiva, com o auxílio do software XLSTAT 2020, para gerar gráficos e tabelas que facilitassem a interpretação dos resultados.

Para garantir a validade e a confiabilidade dos achados, este estudo empregou a triangulação teórico-metodológica, que envolve a utilização de múltiplas fontes de dados, métodos e teorias para investigar um fenômeno. Segundo Denzin (2012), a triangulação pode ocorrer em quatro formas: de dados, de investigadores, teórica e metodológica. Neste estudo, foram utilizadas a triangulação de dados,

ao combinar documentos oficiais, literatura especializada e dados de *survey*, e a triangulação metodológica, ao integrar análise documental e pesquisa de campo.

Os dados primários consistiram nas respostas dos estudantes ao *survey*, fornecendo *insights* diretos sobre suas experiências e percepções. Os dados secundários incluíram documentos legais e institucionais relacionados à assistência estudantil, oferecendo o contexto necessário para a análise.

Ao empregar essa abordagem metodológica, o estudo buscou construir uma análise aprofundada e fundamentada sobre os desafios enfrentados pelos estudantes do IFRO no acesso à assistência estudantil. A combinação de diferentes fontes de dados e métodos de análise permitiu uma compreensão mais holística do fenômeno, possibilitando a identificação de padrões, dificuldades e possíveis lacunas nos processos institucionais que regulam essa política. Além disso, a utilização da triangulação teórico-metodológica contribuiu para aumentar a validade dos achados, permitindo confrontar diferentes perspectivas e assegurar que as conclusões obtidas fossem embasadas em uma análise rigorosa e multidimensional. Dessa forma, o estudo não apenas fornece um diagnóstico detalhado sobre os obstáculos vivenciados pelos estudantes, mas também apresenta subsídios para o aprimoramento das políticas de assistência estudantil, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias mais inclusivas e eficazes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O modo como as instituições de EPT se organizam para atender às exigências legais e as variadas demandas sociais que lhes desafiam cotidianamente vêm sendo pensadas, no campo da EPT, por autores como Toda, Ribeiro e Silva (2022), Telles *et al*. (2023), Feitosa (2023), Nascimento, Cruz e Santos (2020), dentre outros.

O estudo desenvolvido por Toda, Ribeiro e Feitosa (2022) buscou identificar o perfil predominante dos discentes do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama beneficiados com recursos da assistência estudantil do Programa de Auxílio à Permanência (PROAP) no período de 2017 a 2019, tendo identificado o seguinte perfil: estudante do sexo feminino, do curso de Edificações integrado ao Ensino Médio, grupo familiar de 3,9 pessoas e renda *per capita* inferior ou igual a meio salário mínimo. Segundo os autores (*op cit*.) o perfil de renda *per capita* dos estudantes atendidos pelo PROAP revela que o programa atende estudantes em situação de baixa renda, possuindo, em média, menos de meio salário mínimo *per capita.* Pessoas com esse perfil fazem parte dos 34% da população de Porto Velho que se encontrava, em 2019, em estado de alta ou muito alta vulnerabilidade socioeconômica, conforme classificação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2023). Os autores concluíram

que o programa avaliado (o PROAP) contemplou o público estabelecido no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e mostrou-se ação relevante para a promoção da permanência e êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Telles *et al*. (2023) analisaram a política de assisência estudantil do IFRO no contexto da pandemia de Covid-19 e evidenciaram que a emergência de saúde pública desencadeada pelo novo coronavírus tornou ainda mais latentes as desigualdades econômicas, intensificando e diversificando a vulnerabilidades sociais da população de menor renda. Os dados apresentados indicaram que no IFRO, em 2020, houve aumento de investimentos na ordem de 43,38% em relação ao ano anterior, e que no período analisado (2020) as ações de assistência estudantil se desenvolveram de forma articulada às atividades de ensino, em detrimento das atividades de pesquisa e extensão. Os recursos investidos, segundo os autores (*op. cit*) colaboraram para reduzir os índices de retenção e evasão escolar/acadêmica em relação ao ano de 2019, apesar da grave crise econômica que a pandemia intensificou na região e no município de Porto Velho.

Feitosa (2023), também abordou a política de assistência estudantil em tempos de COVID-19, considerando como recorte empírico o *Campus* Porto Velho Calama do Instituto Federal de Rondônia. Seu foco, contudo, foi a perspectiva dos estudantes acerca da referida política. O estudo enfatizou, ainda, as dinâmicas organizacionais da instituição no contexto pandêmico, para atender aos alunos mais necessitados. Em sua ampla maioria, os estudantes que participaram da pesquisa de Feitosa (*op. cit*.) avaliaram de forma positiva os programas de assistência estudantil disponibilizados pelo IFRO, destacando o fato de possibilitarem aos estudantes de baixa renda a continuidade nos estudos e pesquisas. E como pontos que precisam ser melhorados, indicara a necessidade de aumentar o valor dos auxílios e melhorar a divulgação dos editais.

Nascimento, Cruz e Santos (2020), além de discutirem a Assistência Estudantil como política de acesso e permanência face às desigualdades socioeconômicas no Brasil, destacaram, a partir de rico material empírico os atravessamentos da LGBTfobia no cotidiano escolar das juventudes, notadamente de estudantes do Instituto Federal do Sergipe.

No plano internacional, Moore (2024) apresentou estudo desenvolvido por comitê dos Estados Unidos que bucou examinar as desigualdades históricas e as disparidades presentes no que se refere ao acesso a universidades públicas do Estado da California, estabelecendo recomendações acerca da revisão das políticas de admissão e de medidas de inclusão e assistência estudantil às minorias étnicas.

No Canadá, Usher (2024) avaliou a política de assistência estudantil como generosa, mas registrou que tem havido uma progressiva substituição das subvenções estudantis por empréstimos a juro, devido a pressões para a adoção de políticas de austeridade, e destacou que as políticas e ações de

assistência estudantil carecem de maior controle e transparência. Situação que também transpareceu no estudo de Villalobos e Baleriola (2022) acerca da educação de jovens e adultos no Chile.

Komatsu (2024) ao passo que reconheceu a necessidade de as instituições escolares se consolidarem como espaços inclusivos de promoção da igualdade e da equidade, problematizou os desafios enfrentados na Bósnia-Herzogovina, indicando haver corrupção no setor educacional e quebra de confiança entre Estado e Sociedade, o que impactaria nas possiblidade de permanência e êxito dos educandos e na construção de coesão social no país. Ressalta-se que a Bósnia-Herzegovina enfrenta desestruturação em múltiplos setores, em decorrência dos conflitos recentes e dos conflitos iniciados no contexto de sua separação da Iugoslávia.

Os estudos analisados convergem para a necessidade de fortalecimento das políticas públicas, em especial as de assistência aos estudantes, visando à redução das desigualdades socioeconômicas e a equiparação de condições para que todos possam se desenvolver da melhor maneira possível.

Entende-se que as políticas públicas são um dos mecanismos utilizados pelo Estado para minimizar os fatores que impedem que todos tenham as mesmas condições de desenvolvimento humano e de vida digna. Lynn (1980) define políticas públicas como um conjunto específico de ações governamentais que visam produzir efeitos específicos. Elas podem ser tanto universais, ou seja, direcionadas a todas as pessoas, de maneira irrestrita, como específicas: voltadas a segmentos específicos, tais como mulheres, povos indígenas, pessoas com deficiência, dentre outros.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), bem como a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (BRASIL, 1996) determinam que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, tendo como um de seus princípios a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Para que a educação se efetive como direito universal, faz-se necessário o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A igualdade postulada fundamenta-se na equidade, ou seja, no esforço de fornecer a cada indivíduo o que lhe é necessário para estudar, trabalhar e se desenvolver em igualdade de condições com as demais pessoas. A equidade adapta a regra para um determinado caso específico, a fim de deixá-la mais justa, a exemplo, pode-se citar a lei de cotas/ações afirmativas e a assistência estudantil - possibilidades encontradas pelo poder público para minimizar a desigualdade social ao acesso e permanência ao ensino de qualidade.

A equidade é um princípio basilar da justiça social e é o horizonte perseguido pela maioria das políticas públicas, sejam elas universais ou específicas, contudo, é pertinente ter claro que ela só será efetivamente alcançada por meio da luta de classes e da luta entre atores sociais em seus correspondentes campos sociais (AZEVEDO, 2013). Com isso, o autor sugere que é preciso enfrentar o próprio sistema capitalista, visto que este mantém de maneira orgânica estruturas de violência, exclusão e perpetuação da desigualdade. Nas palavras de Mészáros (2002, p. 289), "a condição prévia essencial da verdadeira igualdade é enfrentar com uma crítica radical a questão do modo inevitável de funcionamento do sistema estabelecido e sua correspondente estrutura de comando, que *a priori* exclui quaisquer expectativas de uma verdadeira igualdade".

Para subsidiar a permanência e êxito dos estudantes, o Estado brasileiro, desde a década de 1930, tem disponibilizado sucessivos instrumentos de assistência estudantil, os quais têm variado ao longo do tempo. Dentre as estratégias expressas nessas políticas de assistência estudantil se destacam a disponibilização de recursos materiais e financeiros como: moradia estudantil, alimentação, fornecimento de materiais escolares, e a transferência de renda por meio de bolsas e auxílios. Para muitos dos estudantes, o acesso a esses recursos é condição indispensável para que possam estudar.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é a principal política pública de assistência estudantil vigente. Foi instituído pelo Decreto n. º 7.234, de 19 de julho de 2010, e tem como objetivos democratizar as condições de permanência, reduzir as taxas de retenção e evasão, contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, e minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão do curso (BRASIL, 2010).

O Decreto n. º 7.234, de 19 de julho de definiu que a implantação do PNAES deve ser articulada às atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, contudo em seu Artigo 4º, flexibilizou para que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, também recebam e executem recursos desse programa, atendendo, inclusive, a estudantes de Ensino Médio. O referido Decreto também orienta as instituições federais de ensino a regulamentar internamente os programas e ações de assistência estudantil que irão ofertar, considerando as seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2010).

Os recursos advindos do PNAES são descentralizados às instituições federais de ensino e alocados nas ações de assistência estudantil, que no caso do IFRO, se expressam por meio de

programas. Esses programas podem ser de perfil universal (orientada a atender a todos os discentes matriculados) ou específico (visando a atender demandas e segmentos específicos, com acesso prioritário de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No IFRO, apenas o Programa de Atenção à Saúde e Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão–PROSAPEX tem perfil universal, ou seja, pode ser acessado por todos os estudantes, na medida da disponibilidade dos recursos, independente de gênero, etnia, forma de ingresso e condição socioeconômica. Outro documento importante no plano interno e que tematiza a matéria é a Resolução n. º 26, de 4 de abril de 2018, que aprovou a Política Institucional de Acesso, Permanência e Êxito (PAPE).

No IFRO, a Política de Assistência Estudantil é regida, atualmente, pela Resolução n. º 23/2018 (IFRO, 2018), que pretende: "contribuir com ações de atendimento às necessidades educacionais, biopsicossocial e de incentivo à formação acadêmica, visando o desenvolvimento integral no processo educativo". A Política de Assistência Estudantil do IFRO é um instrumento eficiente de promoção da permanência e redução da evasão escolar. Segundo dados extaídos do Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP), menos de 25% dos estudantes beneficiários da política evadem. Assim, é necessário que ela seja fortalecida e amplie o escopo de suas ações, de modo a alcançar mais estudantes e ampliar suas possibilidades de formação.

No que se refere à organização do IFRO para o atendimento das demandas de assistência estudantil, foram estruturados, em cada *Campus*, setores que operam o acolhimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a triagem das demandas e a sistematização dessas informações, as quais servem de base para a elaboração dos editais públicos que regulam o acesso aos recursos da assistência estudantil e os deveres dos beneficiários.

No primeiro semestre de 2023, só nos editais do Programa de Auxílio à Permanência (PROAP) o IFRO investiu o montante de R$: 2.925.690 para pagamento de auxílio à permanência, 2.615 estudantes se inscreveram nesses editais (foi publicado um edital por Campus), e desses, 1.597 alunos foram contemplados com recursos desse programa. Todavia 716 ficaram de fora porque suas inscrições foram indeferidas devido a problemas como falta de documentos ou erros no processo de inscrição.

Para acessar auxílio estudantil deste programa, a Resolução nº 23 de 26 de março de 2018 estabelece critérios: que os estudantes estejam matriculados em curso de Ensino Médio Integrado ao Técnico, Técnico Subsequente ou Graduação; que possuam renda *per capita* familiar inferior a um salário mínimo e meio (o que correspondia, em 2023, a R$: 1.953,00) e solicita documentos que são obrigatórios e embasam a classificação: a) Comprovante de pertencimento a unidade familiar de baixa renda; b) Comprovane de que há na família algum membro com doença crônica ou pessoa com deficiência; c) Comprovante atualizado de que a família participa de Programas Sociais do Governo

Federal, Estadual ou Municipal, tais como: Benefício de Prestação Continuada, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, Programa Bolsa Família, Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró-Jovem; Auxílio Emergencial Financeiro dentre outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência; d) Comprovante de residência em localidades diferentes da cidade sede do *Campus* ou em área rural; que demande a locomoção diária; Comprovante de que estudou o Ensino Fundamental (no caso de alunos de Ensino Médio) e o Ensino Médio (no caso de alunos de Ensino Superior) somente em escolas públicas.

Além do provimento documental, esses editais exigem dos candidatos conhecimentos de informática e fluência na leitura e interpretação desse tipo de texto. Muitos, por não terem essas competências consolidadas, têm a inscrição indeferida e sequer chegam à fase de análise documental. No recorte temporal analisado, pode-se perceber que isso ocorreu tanto entre estudantes de Ensino Médio (que ainda não concluíram a etapa da educação básica) quanto entre estudantes que já concluíram essa etapa formativa e estavam cursando o Ensino Superior.

Ao buscarmos entender, junto a esses estudantes, os desafios que encontraram ao participar do edital, a burocracia foi apresentada como excessiva, e foram apontados, ainda fatore como falta de clareza dos editais e falta de fluxos claros, alé, de questões pontuais como dificuldade de acesso à internet e falha na conexão, que os teriam prejudicado no processo de seleção.

De fato, há um excesso de documentos coletados no processo de inscrição, e alguns desses documentos nao são essenciais para a análise da situação de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes (como comprovante de conta bancária e o comprovante de endereço), por exemplo, que poderiam ser coletados apenas no caso de a inscrição ser deferida, oportunizando tempo hábil para que os alunos os providenciassem. Ademais, muitos dos documentos exigidos pelos editais visam obter informações que a instituição já possui, pois foram coletadas no ato da matrícula dos estudantes.

Os achados da pesquisa são compatíveis com os dados apresentados nos estudos desenvolvidos por Silva, Barbosa e Batista (2021), Feitosa (2022) e Pereira e Moura (2022): muitos alunos ainda evadem por dificuldades financeiras e encontram dificuldades em participar dos editais que concedem os auxílios de programas de assistência estudantil, visto se tratarem de textos técnicos, redigidos, muitas vezes, em linguagem pouco acessível, com fluxos complexos e indicação de tramitação de documentos por sistemas eletrônicos de interface pouco amigável. Também incide sobre esse problema fatores como repertório cultural limitado, analfabetismo funcional e digital, falta de acesso à internet, dificuldades técnicas, dentre outras.

Analisamos dez editais, os quais possuíam em média de 12 a 17 páginas. Os editais são documentos utilizados para dar publicidade a informações de interesse da sociedade. Em geral, eles têm por objetivo abrir e regular processos de seleção de funcionários públicos, estudantes para instituições públicas de ensino, assistência estudantil, entre outros. O edital é um documento oficial, geralmente, possui uma linguagem mais complexa, burocrática, por vezes, excludentes. A escolha das palavras é capaz de integrar ou segregar.

Uma das motivações para usar a linguagem simples em editais relacionados à assistência estudantil é a adequação ao seu público-alvo, pois existe um grande número de analfabetos funcionais que têm dificuldade em ler e compreender textos simples do dia a dia. O analfabeto funcional é definido pelas Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como:

> Toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, que lê e escreve frases simples e efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê ou de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional (UNESCO, 2014, p. 23).

Os editais da assistência estudantil do IFRO muitas das vezes, empregam palavras não muito usuais e linguagem sexista, o que evidencia a necessidade de estabelecer uma cultura mais empática por parte da Comissão de Elaboração dos Editais (CEAC).

Reiteramos a importância de considerar a inclusão digital ao oferecer assistência a indivíduos vulneráveis socioeconomicamente. A disponibilização exclusiva de inscrições para auxílios por meios digitais pode resultar na exclusão desses discentes. Como mencionado anteriormente, esses estudantes podem enfrentar analfabetismo funcional, além disso, podem ter acesso limitado à internet ou a uma conexão de baixa qualidade. Além disso, muitos podem não possuir os dispositivos digitais necessários para realizar a inscrição. Ademais, podemos destacar a falta de letramento digital, para tanto, o conceito de letramento digital será fundamental para embasar nossas discussões.

> O letramento digital é definido como sendo a capacidade d dominar técnicas para acessar, interagir e compreender a leitura dos diversos tipos de mídia. Ele remete ao letramento tradicional, no entanto, adiciona-se as tecnologias ao processo de convivência. Nesse contexto, as ferramentas digitais são consideradas um novo idioma. (COSTA *et al.*, 2024, p. 42).

O advento do mundo digital revolucionou o cenário da comunicação, entretanto, debater o letramento digital transcende a mera utilização de ferramentas e mídias digitais para entretenimento. O letramento digital está intrinsecamente relacionado à habilidade de empregar os recursos digitais como instrumentos de comunicação com propósitos educacionais e profissionais. Para efetivar a inscrição, os

discentes devem compreender como baixar aplicativos de digitalização, conversão e compactação, além de possuir o conhecimento necessário para operar esses aplicativos. Os estudantes precisavam armazenar esses arquivos conforme o edital solicitava, a fim de posteriormente anexá-los à plataforma disponibilizada para a realização da pré-inscrição e inscrição. Tudo isso requisita uma sólida familiaridade com os meios digitais.

Portanto, torna-se imperativo criar políticas públicas voltadas para a alfabetização digital, caso contrário, os meios digitais podem se tornar mais um mecanismo de exclusão, principalmente para os grupos minoritários.

> A alfabetização digital talvez seja, hoje, tão básica quanto o desenvolvimento das habilidades de ler, escrever e fazer cálculos, de modo a proporcionar ao indivíduo um exercício mais pleno de sua cidadania. A questão central na concepção deste panorama digital é, de fato, entender as atitudes em relação ao conhecimento computacional (COMPTON *et al.*, 2002, p. 219).

A alfabetização digital permite que o indivíduo participe plenamente da sociedade como cidadão informado, e sua inacessibilidade reforça os mecanismos excludentes. No contexto digital, é crucial compreender as atitudes em relação ao conhecimento computacional. Isso envolve não apenas saber usar ferramentas digitais, mas também entender como a tecnologia impacta nossas vidas, como avaliar informações online, como proteger nossa privacidade e como contribuir de forma crítica e responsável para a sociedade digital. Portanto, a alfabetização digital vai além da mera competência técnica e se estende ao desenvolvimento de uma mentalidade digitalmente consciente e ética que precisa ser disponibilizada para todos de maneira equitativa.

Embora as tecnologias digitais tragam agilidade para conferência documental e reduzam o quantitativo de materiais impressos, ela também pode criar barreiras para aqueles que não têm familiaridade com a tecnologia. A exclusão digital não se limita apenas à falta de acesso à internet; ela também envolve a falta de habilidades para navegar em ambientes digitais. Para mitigar essa exclusão, é necessário adotar abordagens inclusivas, como assistência presencial para aqueles que não conseguem acessar serviços online, interfaces simples e intuitivas em aplicativos e programas de alfabetização digital.

A maioria dos respondentes, portanto, indicou a necessidade de que os editais sejam mais claros e menos burocráticos, o que poderia ser feito com a adoção da Linguagem Simples e da extração de documentos diretamente de sistemas governamentais.

Quando tratamos da política de assistência estudantil, não podemos perder de vista que os usuários dessa política são crianças, adolescentes e jovens – pessoas em processo de escolarização/formação e que experienciam, de maneiras variadas, situações de opressão, como privação

econômica, preconceito racial e de gênero, marginalização, dentre outros. A assistência, contudo, não pode se limitar à transferência de recursos financeiros, mas deve ser acompanhada de ações pedagógicas que empoderem esses estudantes para a ação coletiva libertadora. Nas palavras de Freire (1987, p. 26):

> Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um 'tratamento' humanitarista, para tentar, através de exemplos retirados de entre os opressores, modelos para a sua 'promoção'. Os oprimidos hão de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção. A pedagogia do oprimido, que busca a restauração da intersubjetividade, se apresenta como pedagogia do Homem. Somente ela, que se anima de generosidade autêntica, humanista e não 'humanitarista', pode alcançar este objetivo. Pelo contrário, a pedagogia que, partindo dos interesses egoístas dos opressores, egoísmo camuflado de falsa generosidade, faz dos oprimidos objetos de seu humanitarismo, mantém e encarna a própria opressão. É um instrumento de desumanização.

Esta perspectiva crítica ainda está distante da operacionalização da política de Assistência Estudantil do IFRO e do próprio currículo ensinado, salvo raras exceções. Assim, defende-se o aperfeiçoamento desta política, com a incorporação de ações mais efetivas de acompanhamento escolar, de formação de leitores e seminários temáticos acerca de questões objetivas que configuram cenários de opressão, como o custo de vida na Amazônia, racismo, violência de gênero, a produção das desigualdades sociais, o próprio orçamento do Instituto Federal em face das despesas fixas, dentre outros. De igual, entende-se fundamental a ampliação dos recursos para as ações, pois um dos mais importantes desafios dessa política atualmente é a limitação orçamentária.

Em síntese, para além da defesa da ampliação de recursos para a assistência estudantil, que destacamos ser necessária, entendemos que alguns desafios são urgentes: 1) Desnaturalizar a pobreza; 2) Posicionar as diversas expressões da vulnerabilidade social no currículo; 3) Promover uma educação que contribua para a libertação da classe trabalhadora. Entendemos que é necessário avançar nas reflexões acerca da produção social da pobreza no Brasil, de seus múltiplos determinantes e de sua "centralidade no viver, na formação dos educandos e de sua consciência e identidade coletivas" (ARROYO; SARAIVA, 2017, p. 156). Ou seja, mais do que colaborar para o enfrentamento da pobreza e oferecer suporte aos estudantes hipossuficientes, é preciso falar sobre as opressões vividas, reforçando a consciência social. A título de exemplo, os autores ressaltam:

> Há educadores que trabalham a pobreza como tema gerador de estudo e de formação. Eles começam abrindo espaços para que os sujeitos narrem suas vivências pessoais e familiares da pobreza, dos lugares onde moram (vilas, favelas, barracos); da pobreza de renda, de alimentação; da pobreza dos trabalhos precarizados, instáveis, do desemprego dos pais, do trabalhar longe da mãe, dos irmãos. Abrem-se espaços para que eles narrem também se o pai está empregado ou desempregado, se a mãe trabalha em casa ou fora, se a mãe, quando eles acordam, já saiu para trabalhar e se já os encontra dormindo ao voltar. Nesse sentido, faz-se da pobreza objeto de estudo, de um tema gerador de pesquisas sérias, para que esses indivíduos saibam por que são pobres, o que isso significa e o que os produz como tal (ARROYO; SARAIVA, 2017, p. 156).

Estima-se que a transferência de recursos associadas às reflexões sugeridas por Arroyo e Saraiva (*op. cit*) possam ter efeitos positivos de longa duração. De igual modo, entende-se relevante que a assistência estudantil praticada no Brasil, de modo geral, e no IFRO, de modo particular, aperfeiçoe seus mecanismos de inclusão educacional e de orientação escolar e acadêmica, visto que não só as dificuldades financeiras podem afetar a permanêcia e êxitos dos educando. Fatores como preconceito em razão de gênero, etnia e deficiência, dificuldade de adaptação e de compreensão dos conteúdos, abuso de álcool e substâncias ilícitas, gravidez não planejada, além de violência familiar e urbana podem ser barreiras tão significativas como a privação social, impactando na conclusão do processo formativo (SEKHAR *et al*, 2023; BACHY; BAILLET, 2024; MOORE, 2024).

De modo sintético, a literatura analisada possibilitou-nos o entendimento de que evasão e fracasso escolar/acadêmico são multicausais, e para favorecer que os estudantes obtenham êxito em seu processo formativo, fazem-se necessária políticas de assitência estudantil que considerem os múltiplos desafios desses estudantes, nos variados contextos em que se encontram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face das desigualdades socioeconômicas decorrentes do modo de produção, a Educação se revela um bem de inestivável valor social. Nem todos, contudo, conseguem ter acesso a ela, e dentre os que a acessam, grande parte não consegue concluir o processo formativo, devido a fatores variados, dentre os quais, falta de recursos, preconceitos, e dificuldades de aprendizagem. Países em todo o mundo tem envidado esforços para desenvolver políticas de assistência estudantil e esas políticas variam conforme as condições políticas, econômicas e culturais de cada país, havendo diferenças nos modos de execução e convergências no que se refere a seus benefícios sociais.

O IFRO executa sua política estudantil em conformidade com a legislação brasileira e normativas próprias, que prevêm ações de assistência estudantil tanto de cunho universal quanto de cunho específico, orientada a segmentos que enfrentasm situações diferenciadas de vulnerabilidade social. Dentre seus programas de assistência estudantil mais demandados, e que movimentam maior volume de recursos, está o Programa de Auxílio à Permanência – PROAP, o qual foi objeto de estudo desta pesquisa.

O PROAP é executado por meio de editais em cada um dos 10 campi do IFRO, os valores dos auxílios a serem concedidos aos estudantes são discriminados em edital e definidos pelos campi, considerando o total de recursos recebidos na rubrica de assistência estudantil.

Estudantes beneficiados pelo PROAP não precisam prestar contas do uso do recurso, mas precisam manter assiduidade e rendimento escolar mínimo de 60 pontos por disciplina, por semestre, no caso de estudantes de Ensino Superior, e por bimestre, no caso de estudantes de Ensino Médio.

Uma das críticas tecidas à política de assistência estudantil do IFRO, de modo geral, diz respeito à insuficiência de recursos – o que demandaria ampliação do repasse financeiro pelo governo federal, baixa integração com ações de ensino, pesquisa e extensão e limitado acompanhamento pedagógico do estudantos beneficiários da política. A instituição atua de modo responsável na transferência dos recursos, mas dinheiro não é tudo, pois não elimina o conjunto de fatores de risco de evasão e fracasso escolar, sendo necessário que haja maior integração entre a transferência de recursos e as ações de orientação escolar e acompanhamento pedagógico. Em nosso entendimento, os estudantes precisam sim dos recursos do auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio moradia e auxílio saúde – que são fundamentais para sua permanência na instituição, mas também precisam de cuidados quanto a seu desenvolvimento omnilateral e desempenho escolar/acadêmico.

No que se refere ao PROAP, especificamente, as críticas se referem não só à quantidade de recursos financeiros disponibilizados, mas ao estilo dos editais - redigidos em linguagem excessivamente formal e de difícil compreensão por boa parte dos estudantes, e às exigências documentais, que também foram consideradas pelos participantes desta pesquisa como excessivas. Algumas das informações que os editais exigem poderiam ser extraídas do próprio Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP), do SouGov e do Cadúnico, o que pouparia tempo dos estudantes e daria, inclusive, maior segurança ao processo. Estudantes que não estejam familiarizados com a burocracia, que tenham baixo desempenho em leitura, compreensão de texto e domínio da informática básica podem ser excluídos dos processos seletivos e deixar de receber os auxílios. Esse perfil de estudantes precisa ser considerado na formulação do editais e execução da política estudantil, pois é o IFRO é uma instituição amazônica, que atende a estudantes provenientes de trajetórias escolares variadas e muitas vezes deficitárias, ou culturalmente diferentes: estudantes indígenas, quilombolas, migrantes, estudantes que cursaram o Ensino Fundamental em escolas rurais onde faltavam recursos básicos (inclusive professores). Se essa política não for planejada de modo a permitir que esses estudantes tenham chance de receber os auxílios, corre-se o risco de promover uma inclusão excludente, onde os mais necessitados ficam de fora.

É relevante que o IFRO avance na melhoria dos editais, com a adoção de linguagem simples e clara; que reduza a burocracia, o que pode ser feito com a simplificação do sistema de inscrição e que disponibilize servidores computadores com internet para auxiliar os estudantes que tiverem dificuldade no processo de inscrição. No caso de estudantes que participam de Programas Sociais do Governo

Federal, Estadual ou Municipal, como o Bolsa Família e o Projovem, por exemplo, o comprovante dessa condição deveria ser suficiente, dispensando-se outras comprovações.

Defende-se o aperfeiçoamento do PROAP, com ampliação dos recursos orçamentários e financeiros, alinhamento da concessão dos auxílios com uma política de orientação e acompanhamento pedagógico, e com reflexões sistemáticas acerca da produção da pobreza no Brasil, de seus determinantes e de suas múltiplas dimensões. Defende-se, ainda, que pobreza, riqueza, desigualdades sociais e políticas de bem-estar social sejam incorporados no currículo, de maneira contextualizada e crítica.

Conclui-se que programas de assistência estudantil, quando bem conduzidos, podem ser um diferencial na proteção social de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e na promoção do êxito escolar e acadêmico. Não se pode esquecer, contudo, que há um limite para isso nas sociedades capitalistas, que o racismo e o patriarcado são estruturais, e que mesmo pessoas com elevada escolaridade estão à mercê dos jogos do mercado e dos riscos da marginalização.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M; SARAIVA, A. M. A. “Algumas questões sobre educação e enfrentamento da pobreza no Brasil”. **Em Aberto**, vol. 30, n. 99, 2017.

AZEVEDO, M. L. N. “Igualdade e Equidade: qual é a medida da Justiça Social?” **Avaliação**, vol. 18, n. 1, 2013.

BACHY; S; BAILLET, D. “Identifier les étudiants vulnérables en première année à l’université”. **Revue internationale de pédagogie de l’enseignement supérieur**, vol. 40, n. 1, 2024.

BAUMGARTEN, L. M. **Os efeitos da política de austeridade fiscal no orçamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil entre os anos de 2015 e 2021** (Dissertação de Mestrado em Política Social). Brasília: UNB, 2022.

BOIVIN, J. A.; AL-OBAIDI; J.; RAO, M. N. **Emerging technologies transforming higher education**: instructional design and student success. Hershey: IGI Global, 2025.

BOIYADJIEVA, P.; TRICHKOVA, P. I.; TODOROV, V. “Justice in Achievement Matters: the Fairness of Educational Opportunities and Active Citizenship”. **Social Sciences** n. 13, 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 10/02/2025.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Brasília: Planalto, 2010. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 10/02/2025.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 10/02/2025.

BRÜSEKE, F. J. "Risco e Contingência. Os paradigmas da modernidade e sua contestação". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 22, n. 63, 2007.

CASTRO, M. R; BAUTISTA, R. Z. "Marco de trabajo de la función de tutoría universitaria para favorecer la permanencia estudiantil con enfoque cibersistémico transdisciplinario". **Revista Iberoamericana para la Investigacíon y el Desarollo Educativo**. vol. 12, n. 23, 2021.

CHANDLER, B. A. C. *et al*. **Washington State Behavioral Health Student Assistance Program 2023-2024 - Annual Report**. Washington: University of Washington, 2024.

CHAVES, V. L. "Educação pública, gratuita e de qualidade na perspectiva do trabalho". *In*: BERTOLDO, E.; MOREIRA, L.; JIMENEZ, S. (orgs.). **Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

COMPTON, D. *et al*. "The prediction of perceived level of computer knowledge: The role of participant characteristics and aversion toward computers". **Informing Science**, vol. 5, n. 4, 2002.

COSTA, J. W. M. *et al*. "Nativos Digitais, Alfabetização e Letramento: Percepções sobre Letramento e Analfabetismo Digital em uma Classe de Educação Básica". **Revista de Tecnologia e Sociedade**, vol. 1, n. 2, 2024.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Research Design**: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches. Los Angeles: SAGE, 2018.

DENZIN, N. "Triangulation 2.0". **Journal of Mixed Methods Research**, vol. 6, 2012.

FAVA, H. L.; CINTRA, R. F. "Avaliação e monitoramento da assistência estudantil nas Universidades Federais no Brasil: proposta de indicadores para implantação". R**evista Administração em Diálogo**, vol. 25, 2023.

FEITOSA, D. G. **A política de assistência estudantil em tempos de Covid-19**: uma análise da perspectiva dos discentes do ensino médio integrado do IFRO, *Campus* Porto Velho Calama (Dissertação Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Porto Velho: IFRO, 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

GONZÁLEZ, N. A.; CHIAPPE, A. "Learning analytics and personalization of learning: a review". **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas**, 32, n. 122, 2024.

IFRO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Resolução n. 23/CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018**. Porto Velho: IFRO, 2018 Disponível em: <www.ifro.edu.br> . Acesso em: 19/01/2025.

KAZTMAN, R. "Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos". **Revista de la CEPAL**, vol. 75, 2001.

KENNEL, S.; REDON, L.; KNAEBEL, A. "Perception par les étudiants des dispositifs d'aide à la réussite". **Diversité, Réussite[s] dans l'Enseignement Supérieur** [2024]. Disponível em: <www.hal.science>. Acesso em 15/02/2025.

KOMATSU, T. **Education and Social Cohesion in a Post-conflict and Divided Nation**. Singapura: Springer, 2024.

LIMA, F. A. **Territórios de vulnerabilidade social**: construção metodológica e aplicação em Uberlândia-MG (Dissertação de Mestrado em Geografia). Uberlândia: UFMG, 2016.

LYNN, L. **Designing Public Policy**: a casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica: Goodyear, 1980.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

MOORE, J. **Race and College Adminssions**: a case for affirmative action. London: McFarland, 2024.

MOREIRA, I. A. W.; SENHORAS, E. M. (orgs.). **Ensino Superior e Assistência Estudantil**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

NASCIMENTO, A. P. L.; CRUZ, M. H. S.; SANTOS, J. S. "Assistência estudantil no contexto da EPT: as necessidades de acesso e permanência e de enfrentamentos às práticas LGBTfóbicas no cotidiano escolar". **Revista LABOR**, vol. 1, n. 24, 2020

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **As pesquisas sobre instituições escolares**: balanço crítico. Capinas: Editora da UNICAMP, 2005.

PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C.; DOMINGOS SOBRINHO, M. "Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades". **Linhas Críticas**, vol. 16, n. 30, 2010.

PEREIRA, A.; MOURA, E. N. D. "Desafios de acesso ao Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - *Campus* Cacoal". **Revista Prática Docente**, vol. 7, n. 2, 2022.

RAMOS, F. J.; ROMERO, R. V.; RODRÍGUEZ, E. L. L. "Incidencia del programa PROSPERA en la asistencia escolar: evidencia de un modelo Probit para el Estado de México". **Papeles de Plobación**, vol. 30, n. 119, 2024.

SANFELICE, J. L. "História das instituições escolares: desafios teóricos". **Série-Estudos**, n. 25, 2008.

SANTOS, R. S. "Educação, Sociedade Capitalista e Estado". **Educação em Debate**, n. 81, 2020.

SEKHAR, D. L. *et al*. "Lessons learned from an academic partnership to review pennsylvania network for student assistance services' annual survey". **Journal of School Health**, n. 94, 2024.

SILVA, J. P.; ALMEIDA, R. F. (orgs.). **Assistência Estudantil no Ensino Superior**. Boa Vista: Editora IOLE, 2020.

SILVA, S. R.; BARBOSA, X. C.; BATISTA, J. F. "Entre estudar e trabalhar: a Evasão Escolar como problema complexo". **South American Journal of Basic Education Technical and Technological**, vol. 8 n. 2, 2021.

TELLES, L. C. M. S. *et al*. "A política de assistência estudantil no Instituto Federal de Rondônia (IFRO) durante a pandemia de Covid-19 no ano de 2020". **Educação**, vol. 48, 2023.

UNESCO. **Segundo relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos**: Repensando a alfabetização. Brasília: UNESCO, 2014.

USHER, A. "Finances of the Nation: Student Assistance in Canada - A Long-Term Perspective". **Canadian Tax Journal**, vol. 72, 2024.

VALENZUELA, J. P.; YÁÑEZ, N. **Trayectoria y políticas de inclusión en educación superior en América Latina y el Caribe en el contexto de la pandemia**: das décadas de avances y desafíos. Documentos de proyetos. Santiago: CEPAL, 2022.

VILLALOBOS, T. C.; BALERIOLA, E. "Educación para jóvenes y adultos: visibilizando diversas trayectorias educativas". **Revista de Psicología**, vol. 40, n. 1, 2022.

WILDER, S. „Effects of parental involvement on academic achievement: a meta-synthesis". *In*: MARTIN, J.; BOWL, M.; BANKS, G. **Mapping the Field**: 75 Years of Educational Review. Londres: Routledge, 2023.

XIMENES, D. A. "Vulnerabilidade social". **Gestrado** [2024]. Disponível em: <www.gestrado.net.br>. Acesso em: 15/01/2025.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VII | Volume 21 | Nº 62 | Boa Vista |2025

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima